

## A MODALIDADE DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: o curso de Serviço Social em debate

Gilmara Rezende Cardoso Xavier<sup>1</sup>  
Márcia Alves de Carvalho Machado<sup>2</sup>  
Rony Rei do Nascimento Silva<sup>3</sup>

### GT2 - Educação e Ciências Humanas e Socialmente Aplicáveis

#### RESUMO

O presente artigo discute a relação do curso de Serviço Social com a modalidade da educação à distância no Brasil. No delineamento metodológico quanto aos objetivos, tratou-se de uma pesquisa teórica, com uso de abordagem qualitativa diante da busca em aprofundar o conhecimento sobre a inserção da educação à distância no ensino brasileiro. Verificou-se a incorporação da função educativa à rádio difusão no Brasil, visando promover o ensino em lugares distantes, tendo papel de destaque o Instituto Universal Brasileiro e o Projeto Minerva. Verificou-se, ainda, que a crítica à EAD deve ser lançada à estrutura em que ela se apoia, diante das inúmeras instituições que a ofertam. A modalidade tem parâmetros de qualidade claros a partir dos marcos regulatórios que possui. É preciso que se faça valer a oferta de qualidade definida legalmente, que também se constitui em um direito daqueles que procuram pela educação à distância.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Educação pela rádio difusão. Educação à Distância. Regulamentação.

#### LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA

This article discusses the relationship between the Social Work course and distance education in Brazil. In terms of methodological design regarding objectives, it was a theoretical research, using a qualitative approach in order to deepen knowledge about the insertion of distance education in Brazilian education. The educational function was incorporated into radio broadcasting in Brazil, aiming to promote teaching in distant places, with the Instituto Universal Brasileiro and the Minerva Project playing a prominent role. It was also verified that the criticism of EAD must be launched at the structure on which it is based, given the countless institutions that offer it. The modality has clear quality parameters based on the regulatory frameworks it has. It is necessary to enforce the legally defined quality offer, which also constitutes a direct benefit for those seeking distance education.

**Keywords:** Social Service. Education through radio broadcasting. Distance Education. Regulation.

<sup>1</sup> Mestranda em Educação pela Universidade Tiradentes. Graduada em Serviço Social pela Universidade Tiradentes. Coordenadora Operacional e professora do curso de Serviço Social na Universidade Tiradentes. E-mail: [gilmara\\_rezende@unit.br](mailto:gilmara_rezende@unit.br).

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Tiradentes. Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Coordenadora Pedagógica e professora dos cursos de Serviço Social, Pedagogia e Ciências Contábeis na Universidade Tiradentes. E-mail: [marcia.machado@souunit.com.br](mailto:marcia.machado@souunit.com.br).

<sup>3</sup> Professor da graduação e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPED), da Universidade Tiradentes (Unit). Professor Substituto da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" - Unesp, Campus Marília, com bolsa CNPq, com estágio pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) (CapesPrInt), junto ao El Colegio San Luis (COLSAN), San Luis Potosi, México. Mestre em Educação pela Universidade Tiradentes - UNIT com Bolsa Capes/FAPITEC/SE. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" - Unesp, Campus Marília e graduação em Serviço Social pela Universidade Tiradentes - UNIT. E-mail: [rony\\_rei@unit.br](mailto:rony_rei@unit.br).

## 1 EDUCAÇÃO ENQUANTO DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO

O Art. 205 da CF de 1988 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” leva a refletir sobre dois pontos: 1) exercício da cidadania e 2) qualificação para o trabalho. Sendo direito de todos e dever do Estado e da família, já diz sobre a cidadania, mas chama a atenção a qualificação para o mercado de trabalho.

Tomando o pensamento de Cícero, (2008, p.40), filósofo romano, que afirmava

Acima de tudo, é **próprio do homem a investigação e a descoberta da verdade**. Quando está desembaraçado dos encargos e afazeres em busca do necessário, **então ele fica ávido de ver, ouvir e aprender**. De fato, reputa-se tão condição de vida feliz, o conhecimento de coisas ocultas e admiráveis. Eis porque o verdadeiro, o simples e o puro, tudo isso é sumamente adequado à natureza do ser humano. (grifo nosso).

Nesse sentido, a busca do conhecimento faz parte da natureza humana, porém, nem sempre pode ocupar-se em satisfazer essa sua necessidade, porque necessita primeiro atender as suas necessidades básicas e de sua família, como alimentação, moradia, etc, o que exige o cumprimento de obrigações e afazeres, ou seja, priorizar a sua subsistência. Isso pode ser percebido nas vivências e experiências cotidianas, com grande número de analfabetos, pois ao se dedicarem ao trabalho, deixam em segundo plano a busca de conhecimento formal.

A preocupação com a oferta da educação em diversas modalidades, entre elas presencial ou à distância, já era uma preocupação bem antes da Constituição Federal Brasileira de 1988. Um país com dimensões continentais e com graves problemas advindos do enorme fosso trazido pelas desigualdades sociais, é de se pensar em estratégias de estado ou de governos, com a participação da sociedade, para equacionar ou pelo menos dirimir as mazelas sociais, entre elas o acesso à educação.

Apresenta-se aqui, para atender ao exercício da cidadania, três pontos: 1) O tempo para apreender uma necessidade própria do ser humano, o conhecimento; 2) O espaço, a partir das

distâncias do território, levando em consideração o urbano e o rural e 3) O tipo de oferta para vencer o tempo e o espaço, e assim, tornar o conhecimento acessível a todos.

Faria e Vecchio (2011, p. 113) afirmam que com respeito à EAD verifica-se uma linha do tempo no mundo e no Brasil, podendo ser encontrada no Portal da Cátedra UNESCO de educação a distância, da Universidade de Brasília (UNB), sinalizando que

Inicialmente na **Grécia e depois em Roma, existia uma rede de comunicação** que permitia o desenvolvimento significativo de correspondência. As **cartas** que transmitiam conteúdos pessoais e coletivos juntavam-se as que transmitiam informações científicas e aquelas **que, intencional e deliberadamente se destinavam a instrução** (FARIA E VECCHIO, 2011, p. 113 apud UNB, 2020, p. 1) (grifos nossos)

Vencer a distância não era impossível, pois as cartas aproximavam as pessoas. Mas a questão, é como tornar as cartas, ou correspondências, algo que além da troca de notícias, de informações sociais, econômicas e políticas, também atendam ao objeto de possibilitar o exercício da cidadania e de qualificar para o mercado de trabalho.

De acordo com Faria e Vecchio (2011, p. 111-112)

Nas páginas da história da educação no Brasil, o Instituto Universal Brasileiro (IUB), ocupa lugar de destaque, por sua atuação na educação a distância por mais de meio século antes da publicação da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, denominada Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) quando a Educação a Distância (EAD) recebeu destaque legal como modalidade educacional, pelas possibilidades que oferece relativas ao acesso e à expansão do ensino visando sua democratização. O artigo 80º desta lei, destaca: “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino” (BRASIL, 1996)

Verifica-se nessa direção, que no caso brasileiro, houve uma preocupação em romper com as barreiras que impediam ou dificultavam o acesso à educação. Mas quando se fala em educação à distância, a primeira coisa que nos vem à mente é tecnologia, uso de internet e computadores e celulares, softwares e plataformas, mas nem sempre foi assim. Houve uma trajetória já percorrida e outras que ainda o serão, porque a sociedade é dinâmica. Para conhecermos esse processo, vamos imaginar uma viagem de trem, cujas estações serão denominadas por esses processos.

## 2 PRIMEIRA PARADA: O INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO

O IUB foi fundado em 1941 e continuou desde então ofertando seus cursos de forma ininterrupta e com a mesma finalidade, que é desempenhar um papel no desenvolvimento da educação com uma nova proposta educacional: à distância.

A finalidade da entidade ainda é considerada um grande desafio. Interessa-nos compreender como surgiu o IUB e como ele atendeu as propostas de cidadania e qualificação profissional. Nas palavras de Faria e Vecchio (2011, p.116)

O início da história do IUB está ligado à do Instituto Monitor, uma vez que um dos seus fundadores havia sido sócio proprietário do Instituto Monitor fundado em 1939, o qual após desfazer a sociedade, fundou em 1941 o IUB com seu irmão. O IUB iniciou atuando na formação de mão-de-obra para o setor industrial e de serviços, mas logo a seguir passou a ofertar cursos que exerciam o papel de suplência, uma vez que preparavam os alunos jovens e adultos para prestar os exames de Madureza Ginásial e Colegial.

À informação, o Exame de Madureza Ginásial e Colegial, ficou conhecido como Exame de Admissão, para avaliar o conhecimento do aluno e se ele estava apto ao sair da Educação Infantil, adentrar ao Ginásio e posteriormente ao colegial, o que hoje é chamado de Ensino Fundamental e Médio, respectivamente.

O Instituto foi criado, durante o período da ditadura Vargas e início da Revolução Industrial no Brasil. Começou com cursos de pequena duração, pois a proposta era de qualificar pessoas para o mercado de trabalho. Nesse período o ensino por correspondência já ganhara forças. No século XX, do início “[...] até a Segunda Guerra Mundial, realizaram-se diversas experiências visando a melhoria das metodologias aplicadas ao ensino por correspondência, influenciados pelos meios de comunicação de massa, principalmente o rádio [...]” (HERMIDA; BONFIM, 2006, p. 16). Nessa direção, o IUB passou a utilizar, os equipamentos mais modernos existentes, preparar apostilas, com os conteúdos dos cursos, bem como as provas avaliativas, também enviadas por correspondência, através dos Correios, que seriam respondidas e posteriormente envolvidas para o IUB e assim merecerem a aprovação.

No século XXI passou-se a ter as redes sociais, aonde as mensagens chegam de forma mais rápida e eficaz, onde produtos e serviços são divulgados. Naquela época, as revistas, de qualquer natureza, eram os meios de comunicação e divulgação mais utilizados, daí, na parte central das

revistas, era comum encontrar os encartes, com a divulgação dos cursos, a ficha de inscrição, as formas de pagamento, etc. Isso fez com que a busca da educação fosse mais democratizada. Porém, há ainda um grande desafio. Atendia a uma população letrada, mas era preciso pensar em atender aos analfabetos, ou seja, aos não letrados.

É importante perceber, que a sociedade evoluiu e com ela o IUB, que continua com sua proposta de educação à distância, mantendo cursos que se destacam, porém, adequando a metodologia aos dias atuais. Na trajetória dessa evolução, destaca-se o papel da rádio difusão no ensino à distância.

## SEGUNDA PARADA – RÁDIO DIFUSÃO E A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

A rádio difusão agrega em seu valor além da relevância quanto a sua função informativa, mas também quanto à função educativa. Esse meio de comunicação representou uma via importante em favor da educação. Nesse sentido, Souza e Souza (2007, p. 6) afirmam que

A função educativa do rádio é tão velha, quanto o seu papel informativo. Emissoras como a BBC de Londres, Rádio Italiana e a Rádio Canadá desenvolveram e tem desenvolvido programação com esta finalidade. No Brasil também várias estações têm garantido espaço para o trabalho na área da educação. Esta era a meta principal da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada em 1923, que inaugurava uma série de cursos, aulas e conferências ministradas por pessoas de renome no meio intelectual e educacional brasileiro.

Esse breve retrospecto é importante para entendermos a relevância da rádio difusão no processo educativo, pois há toda uma trajetória construída por vários atores diante de uma preocupação: escolarização de jovens e adultos e qualificação para o mercado de trabalho.

A Internet e a TV são as ferramentas mais utilizadas na educação a distância. A difusão de programas de tele-educação - telecursos de I e II grau - são exibidos frequentemente pela programação brasileira. Mas, as velhas-novas tecnologias de educação a distância: o telefone e o rádio, não devem ficar para trás. Cardoso (1999) sugere: os 'velhos' meios devem ser utilizados de maneira criativa, moderna. Para justificar sua posição, a pesquisadora invoca Bertolt Brecht. Este acredita que o rádio poderá ser o mais gigantesco meio de comunicação, desde que seja capaz de receber mensagens, ou seja, que consiga que o ouvinte não só escutasse, mas também participe, interaja, mantenha-se em relação. (SOUZA e SOUZA, op.cit. p. 6-7).

Na atualidade é comum assistirmos programas de televisão de forma interativa, buscando a participação do telespectador por meio das redes sociais. Mas ainda dentro desse espaço midiático do rádio, e ainda na perspectiva de democratização da educação, permitindo ultrapassar barreiras da distância chamamos a atenção para o Projeto Minerva e o MOBREAL.

Constata-se em Bernardi (2014, p. 1) a relação dos meios de comunicação de massa com o processo educativo ao citar a fala inicial da jornalista Mariza Coutinho, da Sucursal do Rio de Janeiro, da Folha de São Paulo, no aniversário de um ano do Projeto Minerva

Num país onde há falta de escolas, de material didático e até lápis e cadernos, só por intermédio dos mais eficientes recursos de comunicação de massas é possível estender a todo o povo os benefícios da cultura. Partindo desse princípio, a 29 de setembro de 1970 foi assinada uma portaria criando o Projeto Minerva – assim batizado em homenagem à deusa da sabedoria. Trata-se de uma programação educativa e cultural executada pelo Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação. O rádio foi escolhido como instrumento, pelo seu baixo custo. E o Primeiro Programa foi ao ar no dia 4 de outubro do ano passado. (COUTINHO, 1971, p. 44)

Os objetivos divulgados pelo governo, eram claros, porém a efetivação deles nem sempre ocorrem, como se percebe em Bernardi (2014, p. 2)

De acordo com o IPEA (1976, p. 40) o Projeto Minerva destinava-se à complementação do trabalho de sistemas educativos tradicionais, à educação supletiva de adolescentes e adultos e à educação continuada. Os objetivos gerais eram informar e formar, no cumprimento do método de abordagem, o problema da utilização de meios de comunicação de massa, para fins educativos e culturais. Tinha como objetivo específico ministrar cursos e programas diversos para todo o território nacional.

Assim, os objetivos pareciam buscar a complementação da escolarização através do encurtamento das distâncias. No entanto, Bernardi (2014, p. 2) afirma que o Projeto Minerva “[...] visava sim, através das aulas radiofônicas suprir a ausência de professores e escolas pelo ensino a distância”. eram proposições que atenderiam as dificuldades da oferta educacional à época. A proposta era de complementariedade e não de substituição do sistema tradicional de ensino. A metodologia utilizada, foi assim descrita:

Para a transmissão e recepção dos áudios aulas havia toda uma rede de comunicação para enviar os programas para todas as regiões do Brasil, para isso era preciso ter convênio com outras entidades como: Agência Nacional, para formação de cadeia nacional; via Embratel, partindo o som da rádio Ministério da Educação; Embratel, para a cessão de canais, nas regiões em que opera. [...] Assim, com convênios e um programa de

integração nacional, o Governo conseguiu transmitir para todo território a programação. Conseguiu inclusive, vencer os vácuos que existiam entre uma emissora e outra mais afastada, por intermédio de outros meios de comunicações como o telefone com a Embratel. E na ausência de linhas telefônicas eram gravadas e enviadas fitas magnéticas para regiões que não tinham todos os serviços. (BERNARDI, 2014, p. 3).

É imprescindível frisar que o Projeto Minerva foi criado em 1970, durante o governo militar e no auge do crescimento econômico do país. Porém, entre a elaboração do projeto e sua efetivação, há muito território a percorrer, o governo dependia de convênios e as decisões eram de caráter múltiplo – conteúdo, metodologia e tecnologia, além dos interesses governamentais.

Ainda de acordo com Pimentel (1999, p. 61 apud Bernardi, 2014, p.10)) “[...] o sistema de ensino brasileiro foi estruturado paralelamente ao desenvolvimento dos meios de comunicação no país” tornando-o um “divulgador de uma cultura unificada” que seria a responsável pelo desenvolvimento nacional.

Assim, não é possível deixar de correlacionar o Projeto Minerva à estrutura de poder estabelecida, não apenas na tecnificação, como na formação de uma “consciência” unificada, massificada.

Percorridas as discussões nas diversas estações, onde buscou-se refletir de forma breve sobre vias que impulsionaram a educação a distância no país, a pretensão a partir desse ponto é discutir sobre a inserção da EAD no Serviço Social.

## **EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

A modalidade à distância, tanto quanto a presencial, podem promover essa formação. Porém, também não se pode esquecer alguns pontos nessa reflexão: 1) a exigência das agências reguladoras, com testes de avaliação, a exemplo do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem e do Exame Nacional de Desempenho do Estudante - Enade, para o ensino superior, os quais buscam examinar a capacidade cognitiva, o quantitativo de conhecimento aprendido pelo aluno, mas não leva em conta as deficiências e as dificuldades de aprendizagem, nem a inteligência emocional; 2) as exigências de mercado, pois vive-se em uma sociedade capitalista, ocidental, com severas dependências do mercado internacional. Esse é o grande desafio para a educação à distância no Brasil e em Sergipe e para o Serviço Social, uma profissão interventiva na realidade, de natureza crítica, e que tem na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS e no Conselho Federal de Serviço Social e seu conjunto regional – CEFESS/CRESS,

ao mesmo tempo guardiões da qualidade, da democratização do ensino, da liberdade, da consciência cidadã, um ferrenho opressor à modalidade EAD.

Como visto anteriormente o uso dos Correios, da Radio Difusão e da Televisão, possibilitaram a disseminação do ensino à distância. O rádio por exemplo, tinha um poder de alcance relativamente alto e de baixo custo e esse estigma acompanha a EAD até hoje. Tomando por base Moraes (2016, p. 37-38), muitos forma os normativos legais para a estruturação da EAD no país. Verifica-se no Quadro 1, com base em dados do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação, que o início do século XI foi propício para a regulamentação legal da EAD no Brasil.

**Quadro 1-** Normativos de Regulamentação da EAD no Brasil

Ano	Normativo	Descrição
2001	Lei nº 10.172	Plano Nacional de Educação e estabelece metas e diretrizes para a expansão da EaD
2004	Portaria Ministerial no 4.509	Regulamenta as aulas semipresenciais as nas instituições de educação superior (IES).
2005	Decreto no 5.622	Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e bases da educação
2006	Decreto nº 5.773	Estabelece princípios da regulação, supervisão e avaliação de IES
2007	Decreto nº 6.303	Altera dispositivos dos Decretos nº 5.622/2005, 5.773/2006, exigindo polos de apoio presencial
2007	Portaria nº 1	Regula o ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).
2007	Decreto nº 6.320	Define as responsabilidades de avaliação, regulação e supervisão de EaD
2009	Portaria nº 10	Fixa critérios de avaliação in loco.
2011	Decreto no 7.480	Redefine as responsabilidades de avaliação, regulação e supervisão de EaD
2013	Instrução normativa no 1	Fixa procedimentos de fluxo de processos de regulação de reconhecimento e renovação de cursos na modalidade EaD
2016	Resolução nº 1	Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

Fonte: Própria autoria, 2024.

Observa-se no exposto a aprovação de marcos regulatórios com o objetivo de estruturar a educação à distância. Esses normativos foram necessários, pois a partir do ano 2000 inicia-se um



movimento de expansão dessa modalidade, o que exige uma atenção maior para que a qualidade do ensino não seja prejudicada.

A modalidade EAD vem atender a dois pressupostos básicos, colocados desde o início dessa discussão: 1) democratização do ensino, ou seja, possibilitar que maior número de pessoas tenha acesso ao ensino superior, dentro ou próximo a seu espaço territorial, sem a exigência da presencialidade, como no dizer de Cícero (2008) “após o cumprimento de seus afazeres” e de acordo com a CF/88, educação enquanto “direito do cidadão” e 2) ampliação do conhecimento através da superação de barreiras, como o tamanho do território, visto que de acordo com a CF/88, a “educação é dever do Estado” e deve portanto encontrar forma de fazê-la acontecer, pois ainda utilizando Cícero (2008) “o homem está ávido pelo conhecimento”.

Entretanto, alguns estudos criticam essa modalidade, por tornar o ensino massificado, de baixo custo para o aluno, porque sua operacionalização, se faz, via de regra, também na perspectiva de mercado, dentro de um sistema capitalista baseado no lucro. Segundo Gonçalves; Silva (2020, p. 2)

Como resultado da adesão dos governos brasileiros à pauta neoliberal, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso e nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, a educação superior brasileira foi cada vez mais sendo ofertada por instituições de ensino superior privado, além do uso do fundo público para custear vagas nestas instituições privadas através de programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

A situação nos cursos de Serviço Social não foi diferente, nos anos 1990 ocorreu uma grande expansão, em sua maioria em instituições de ensino privadas. Segundo dados colhidos por Lima e Pereira (2009, p. 43): “No âmbito do Serviço Social, entre 1995 e 2002, foram criados mais 50 cursos, sendo 90% através da iniciativa do setor privado”.

No Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), além da expansão do ensino privado iniciou-se uma outra modalidade de formação no ano de 2006, a educação a distância, e o que nos interessa, a criação de cursos de Serviço Social na modalidade de Educação a Distância (EaD), com 11 instituições oferecendo o curso nesta modalidade (LIMA; PEREIRA, 2009, p. 45).

Além das colocações acima, os autores discutem uma questão importante, em nome da democratização do ensino parece haver uma certa controvérsia, pois quem estuda na modalidade EAD, são pessoas com menores condições financeiras, enquanto o ensino presencial é mais dirigido às elites e camadas médias altas. Porém ressalta-se aqui, que o fato de o curso ser mais barato e buscado pelas camadas populares, não se pode fazer uma relação com a capacidade

cognitiva do seu público. Isso seria usar de preconceito para com esses alunos. É preciso levar em consideração, que muitos estudantes, principalmente, em instituições privadas, trabalham para pagarem seus estudos, porque estão ávidos pelo conhecimento ou porque o mercado de trabalho assim o exige.

O curso de Serviço Social na modalidade EAD iniciou no Brasil em 2006. Com a autonomia das universidades em relação ao currículo e a modalidade, trouxe para a categoria CFESS/CRESS e ABEPSS, uma preocupação com a qualidade do ensino, ou seja, a formação profissional da/do estudante.

Embora a reflexão aqui se faça em torno da modalidade EAD, a organização da matriz curricular, a qualificação do corpo docente é que deve ser o “x” da questão. Segundo Pereira (2012) a modalidade EAD na formação em Serviço Social deu início no governo Lula, em 2006, considerado, assim, o marco de funcionamento dos primeiros cursos. O autor destaca que o curso acompanha o perfil dos cursos EAD, os quais em sua maioria concentra-se nas licenciaturas. Portanto, os bacharelados, como de Serviço Social, tiveram abertura posterior às licenciaturas.

As licenciaturas são o foco principal, por conta da procura, que tem uma relação direta com o mercado de trabalho, mas seja na modalidade EAD ou na presencial as licenciaturas vêm se apresentando cada vez com menor procura, e não é uma situação apenas do Brasil, há uma preocupação por parte de estudiosos a nível mundial, pois vai chegar o momento onde irão faltar professores para a educação básica. A prática profissional no interior da modalidade EAD no curso de Serviço Social tem mostrado um aumento da procura pelo curso de Pedagogia, como forma de garantia de empregabilidade. Essa é a lógica existente no capitalismo. A procura por determinados cursos se baseia em status, continuidade da profissão dos pais, como garantia de clientes ou dos “modelismos”, próprios do consumo ou até a questão da tecnologia.

De uma forma geral, os cursos apresentam metodologias muito próximas: aulas via satélite, material impresso, ambiente virtual de aprendizagem, com tutoria virtual, e encontros (semanais ou mensais) nos polos EAD, com a presença do tutor local. O tutor local responsabiliza-se por tirar dúvidas dos discentes, após as aulas via satélite, ministradas pelos docentes componentes do curso de Serviço Social. Assim, o corpo docente – o “núcleo duro” – do curso, é aquele responsável por elaborar o material didático-pedagógico e gravar as aulas transmitidas via satélite. Ao realizarmos o levantamento do corpo docente, nas 14 IES, encontramos somente a relação com os docentes em duas IES (Unit e Unitins). As demais ignoram esse tipo de informação. (PEREIRA, 2012 p. 38)

A transparência nas informações hoje é um requisito importante quando se fala em escolhas. Clareza sobre qual produto ou serviço o usuário está adquirindo. Isso em qualquer setor, mas o educacional é ainda mais relevante, porque o futuro dela/ele depende da qualidade desse serviço. Assim, de acordo com Ramos (2018, p. 389-390)

O aparecimento do curso de Serviço Social como nicho de destaque interage diretamente com uma demanda do mercado de trabalho, no modelo que adquire o enfrentamento das expressões da questão social pelo Estado e as classes na contemporaneidade. Não é mera causalidade que a expansão da formação profissional em Serviço Social pelo Ensino a Distância (EaD) esteja acontecendo juntamente à desqualificação dos padrões de atendimento às expressões da questão social. [...] A descoberta do curso de Serviço Social como nicho de valorização relaciona-se a uma demanda do mercado de trabalho, no formato que adquire o enfrentamento das expressões da questão social pelo Estado e as classes no neoliberalismo. Trata-se de produzir uma preparação para as requisições de mensuração e gestão/controlar dos pobres. Nesse contexto, não se requisita o perfil das diretrizes curriculares [...] Ao contrário, o que se requisita é um profissional à imagem e semelhança da política social focalizada e minimalista de gestão da pobreza [...] (CFESS/CRESS; ABEPSS; ENESSO, 2010, p. 6)

A autora traz uma fala de acordo com o posicionamento do conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS, a partir da crítica ao modelo neoliberal, do estado mínimo e com políticas focais para atendimento aos mínimos sociais. Essa é uma realidade incontestável. Porém, o debate precisa ir além, porque forma-se profissionais em Serviço Social, na modalidade EAD, tanto quanto na presencial, para atuarem junto aos usuários na efetivação e garantia de direitos, postos, mesmo de forma mínima pelo Estado, para atenuar as expressões da questão social. A visão crítico-reflexiva não depende da modalidade apenas, mas como estão estruturados os cursos dentro dessa modalidade.

O conjunto CFESS/CRESS questiona a qualidade do ensino na modalidade à distância, mas não traz para o debate, categorias de análise marxianas, caras ao Serviço Social, como Questão social, desigualdade e inclusão. Se “a educação é um direito de todos”, ela tem que ser de qualidade, e acessível a todos.

Para Castro (2006, p. 34)

[no] Brasil, não apenas os mais pobres frequentam escolas piores, mas, mesmo quando estão nas mesmas escolas do que os menos pobres, têm maiores dificuldades em aprender e avançar dentro do sistema. Ou seja, a escola é incapaz de oferecer a eles um aprendizado razoável e é, assim, incapaz de reduzir a

desigualdade herdada dos pais. Tal como já indicado na edição de 2005 desta série, do ponto de vista de uma política de equidade, deve-se estabelecer como maior prioridade para a educação brasileira a melhoria da qualidade do ensino fundamental.

A análise, deve ser mais profunda, deve levar em conta a realidade dos indivíduos e do território onde estão inseridos. Voltando a Cícero (2008), a busca do conhecimento é própria da natureza humana, mas é preciso condições efetivas. Muitos querem chegar ao ensino superior, pois além do desejo pessoal, há a lógica do mercado, mas poucos conseguem. Muitos param de estudar para trabalhar, ajudar à família, ou porque constituem suas próprias famílias muito cedo.

Tomando por base Castro (2006, p. 16-17), é preciso perceber algumas coisas

A primeira é que o país ainda está longe de um ensino que promova a equidade – hoje menos longe, é verdade, mas há ainda muito terreno a cobrir. A segunda é que a vastidão de cursos existentes atualmente não beneficia o extremo inferior da hierarquia social. Alcança os que estão quase na base, mas não atinge os últimos da fila. Para estes, o sistema continua oferecendo muito pouco ou nada.

O aumento exponencial da modalidade EAD longe está de ser a solução, mas é um caminho. Para chegar ao curso superior é imprescindível uma educação básica de qualidade. Historicamente, o Brasil, não se preocupou muito com a educação superior. De acordo com Castro (2006, p. 31)

Enquanto Santo Domingo e Peru instituíram universidades no século XVI, nossos primeiros cursos superiores foram criados após a vinda de D. João VI para o Brasil e se limitaram a algumas escolas profissionais (direito, engenharia civil e medicina). A primeira universidade brasileira de verdade foi a Universidade de São Paulo, criada em 1934, trazendo eminentes acadêmicos franceses, italianos e alemães [Schwartzman (2001)]. A Universidade do Brasil, criada no início da década de 1920 – principalmente porque o governo queria dar um doutorado honoris causa ao rei da Bélgica em visita ao país – não era mais do que uma colagem, sob um único reitor, de escolas profissionais existentes. Mas após esses esforços pioneiros, o progresso estancou.

A modalidade da educação não deve ser o foco principal, mas a substância que em si encerra – conteúdos, acesso à pesquisa através da Iniciação Científica e das atividades solicitadas aos alunos e orientadas para tal, projetos de extensão, que possibilitem fazer a interação da teoria com a prática e qualidade do corpo docente. Portanto é um conjunto articulado, e que nasce na base, se desenvolve na graduação e os resultados aparecem nas avaliações, que também, não

consideram as diferenças – culturais, religiosas, rural ou urbana, relações sociais, familiares e comunitárias e as deficiências.

A educação não deve ser democrática no sentido macro, mas deve também atender aos anseios individuais, à liberdade, à formação da consciência. Libâneo (2016, p. 41) pontua:

Para que servem as escolas destinadas aos pobres? A definição de objetivos e funções da escola incide diretamente no projeto pedagógico, no currículo, nas formas de organização e gestão, na formação continuada de professores, nos modos de assistência pedagógica aos professores, na dinâmica de sala de aula, nas formas de avaliação do sistema, na avaliação escolar etc.

Essa reflexão traz a lume, um ponto muito colocado nas críticas ao EAD, em que o baixo custo da mensalidade, facilita ou “democratiza” o acesso, mas é isso o que se espera dessa modalidade? Que profissionais estamos formando? Qual o mercado que vai absorver essa mão de obra? Nesse sentido, Libâneo (2016, p. 41-42) afirma que

é possível identificar três orientações em relação às finalidades e formas de funcionamento da escola: a orientação dos organismos multilaterais, especialmente do Banco Mundial, para políticas educativas de proteção à pobreza associadas ao currículo instrumental ou de resultados imediatistas; a orientação sociológica/intercultural de atenção à diversidade social e cultural, geralmente ligada aos estudos no campo do currículo; e a orientação dialética-crítica assentada na tradição da teoria histórico-cultural ou em versões de pedagogias sociocráticas.

É verdade que vivemos em um país capitalista ocidental, dentro de um modelo neoliberal que define o estado mínimo, ou seja, as políticas sociais públicas são formatadas para atendimento aos mínimos sociais, situações de extrema vulnerabilidade para prevenir o caos ou evitar a “desordem”, gerada pelo caos. Dentro dessa lógica, a escola se desconfigura - tudo o que se aprendeu deixa de representar. Implanta-se um modelo de leitura mínima, mediada pela tecnologia, que também não atende a todos. Quantos alunos têm computador, acesso à internet e de qualidade e acessível no campo e na cidade. A maioria dos alunos assistem aula através dos aparelhos celulares. Os acordos multilaterais, internacionais, atendem à política da globalização, principalmente para os países emergentes ou em desenvolvimento. A questão não nos parece ser a modalidade em si, mas a estrutura em que ela se apoia, visto que as Instituições de Ensino Superior, têm autonomia normatizada, regulamentada, mas a questão é: a quem, e como estamos atendendo nossa demanda, ávida por conhecimento e um mercado que também precisa de mão de

obra qualificada? Essa reflexão não é apenas para o curso de Serviço Social, mas a trago, por ser um foco de estudo, e a missão de formar cidadãos críticos e reflexivos para atuarem junto aos usuários das políticas sociais, no sentido do exercício e da garantia e efetivação de direitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se a importância da rádio difusão como meio de comunicação voltado para informação e a incorporação da função educativa na prestação dos seus serviços, visando promover o ensino em lugares distantes, tendo papel de destaque em sua trajetória, o Instituto Universal Brasileiro e o Projeto Minerva.

Constatou-se que a opção por uma educação de baixo custo e mais acessível não deve predominar na escolha da modalidade da educação à distância, mas deve-se considerar todo o aparato legal que a cerca, na estrutura de acesso e manutenção do modelo, na qualidade, na abrangência territorial e como está acontecendo.

Verificou-se, ainda, que a crítica à EAD deve ser lançada à estrutura em que ela se apoia, diante das inúmeras instituições que a ofertam, sendo essa reflexão não apenas para o curso de Serviço Social, mas para outros cursos. A modalidade tem parâmetros de qualidade claros diante do robusto marco regulatório que possui. É preciso que se faça valer a oferta de qualidade definida, que também se constitui em um direito daqueles que procuram pela educação à distância.

Qualidade e quantidade nem sempre caminham juntas, mas é preciso reduzir o fosso das desigualdades sociais. Países chamados desenvolvidos, apostaram na qualidade da educação e não deixaram de lado a preocupação em atender a um grande quantitativo de pessoas.

## REFERÊNCIAS

BERNARDI, José Ricardo. Ditadura Militar, Projeto Minerva e Educação à distância. XXV Semana de Ciências Sociais. **Anais...** UEL, 2014. Disponível em: [https://www.uel.br/eventos/semanacsoc/pages/arquivos/GT3-%202014/GT3\\_Jose%20Ricardo%20Bernardi.pdf](https://www.uel.br/eventos/semanacsoc/pages/arquivos/GT3-%202014/GT3_Jose%20Ricardo%20Bernardi.pdf). Acesso em: 08 abr. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 8 abr. 2024.

CASTRO, Maria Helena Magalhães. **Atraso e turbulências na educação brasileira.**

Documento elaborado no âmbito do Convênio CEPAL/IPEA (Projeto: Brasil: o estado de uma nação), maio/2006. Disponível em:

<https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/51caeb1e-62de-4459-934e-386f031ac91b/content>. Acesso em: 8 abr. 2024.

CÍCERO, Marco Túlio. **Os Deveres. Tomo I**, Tradução de Luiz Ferracine. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal. São Paulo. Escala, 2008

FARIA, Adriano A.; VECHIA. Aricle. O Instituto Universal Brasileiro e a gênese da educação a distância no Brasil. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional** (Curitiba. Online), v. 06, p. 111-129, 2011.

GONÇALVES, P. P.; SILVA, C. N. DA. Educação a distância e formação profissional do/da assistente social: elementos para o debate. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 1, p. 90–100, jan. 2020.

HERMIDA, Jorge Fernando Hermida; BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. A educação à distância: história, concepções e perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.166–181, ago 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 159, p. 38–62, jan. 2016.

MELO, Wesley Chaleghi de; MONTALVÃO NETO, Aberto Lopo; SANTANA, Wilder Kleber Fernandes de. Notas histórico-educacionais sobre o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). **Revista Cocar**, [S. l.], v. 16, n. 34, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4603>. Acesso em: 8 abr. 2024.

MORAES, Lenalda Vieira Santos. **Coordenação de Curso Superior da Educação a Distância: Competências desenvolvidas na gestão da Universidade Tiradentes**. Dissertação de Mestrado em Educação. Aracaju. Universidade Tiradentes, 2016.

PEREIRA, Larissa Dhamer. Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade de EAD: direito à educação ou discriminação educacional? **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 30-49, jan./jun. 2012

RAMOS, Lydia Vitoria Firmino Pereira. Formação Profissional e os dilemas do EAD para o Serviço Social. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, 2(1), 384–398. Recuperado de <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/376>. Acesso em: 08 abr. 2024.